



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

&

Relatório dos Auditores Independentes



VERTENTE
agropecuária

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

**Acionistas e Administradores da
AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A.** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGROPECUARIA VERTNETE S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração da **AGROPECUÁRIA VERTENTE S.A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Cabeceiras (GO), 17 de abril de 2026.



UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC DF 501/O-1 CVM 6785
CLAUDINEI DALLASTRA
Contador CRC DF 16037/O

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE - 52 30001827-7

**Demonstração Financeira Individual
Fundo em 31 de dezembro de 2025**

Valores em R\$ 1,00

Balanco Patrimonial							
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025	2024	DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025	2024
ATIVO		110.401.543	149.645.678	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.401.543	149.645.678
Ativo Circulante		63.049.058	87.441.687	Passivo Circulante		13.620.671	23.818.091
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	15.278.647	23.245.699	Fornecedores	12	1.001.879	8.077.888
Contas a Receber	7	1.602.498	9.494.000	Salários e Obrigações Sociais	13	777.918	1.205.278
Impostos a Recuperar/Compensar		423.048	324.030	Obrigações Fiscais	14	430.874	737.531
Outros Créditos		328.949	1.548.978	Empréstimos e Financiamentos	15	1.265.884	2.376.858
Adiantamentos	10	3.494.997	6.692.878	Adiantamento Recebidos		15.000	-
Estoques	8	41.904.484	46.110.702	Lucros Distribuídos a Pagar	16a	6.486.451	8.823.086
Despesas Antecipadas		16.435	25.400	Outras Obrigações	10	3.642.665	2.597.450
Ativo Não Circulante		47.352.485	62.203.991	Passivo Não Circulante		47.047.870	6.767.674
Realizável a Longo Prazo		1.120.918	4.064.159	Empréstimos e Financiamentos	15	1.893.647	4.400.985
Dep. Judiciais e Cauções		298	298	Quotas de Consorcio a Pagar	10	2.127.749	2.166.689
Operações com Consorcios	10	1.120.620	4.063.861	Conting. Fiscais e Trabalhistas	9	200.000	200.000
				Lucros Distribuídos a Pagar	16a	42.826.474	-
Imobilizado	11	46.228.037	58.139.832	Patrimônio Líquido	16	49.733.001	119.059.913
Intangível		3.530	-	Capital Social		17.031.961	45.640.000
				Reserva Legal		7.433.258	6.428.911
				Reserva de Capital		25.267.782	25.267.782
				Reserva de Lucros		-	41.723.220

Demonstração do Resultado do Exercício				
DESCRIÇÃO	Nota Explicativa	2025	2024	
Receita Operacional Bruta	17	69.609.065	73.426.756	
(-) Deduções da Receita Bruta	19	(306.705)	(71.329)	
Receita Operacional Líquida		69.302.360	73.355.427	
(-) Custos dos Produtos Vendidos	18	(22.568.767)	(37.618.775)	
Lucro Operacional Bruto		46.733.593	35.736.652	
Despesas/Receitas Operacionais		(25.408.351)	(7.784.160)	
(-) Despesas com Pessoal		(1.589.399)	(1.230.885)	
(-) Despesas com Materiais		(1.995.998)	(576.503)	
(-) Despesas com Serviços		(2.562.868)	(2.588.841)	
(-) Despesas com Locações		(493.624)	(240.281)	
(-) Despesas com Depreciação		(1.941.232)	(2.777.391)	
(+) Outras Receitas		10.875	11.117	
(-) Outras Desp. Gerais e Administrativas	18a	(16.836.105)	(381.376)	
Resultado Operacional antes das Rec./Desp. Financeiras		21.325.242	27.952.492	
Resultado Financeiro	20	2.419.618	1.422.004	
(+) Receitas Financeiras		4.698.882	2.891.247	
(-) Despesas Financeiras		(2.279.264)	(1.469.243)	
Resultado antes da Contribuição Social e IRPJ		23.744.860	29.374.496	
(-) Provisão para Imposto de Renda	21	(2.499.602)	(2.157.536)	
(-) Provisão para Contribuição Social	21	(1.158.308)	(1.049.689)	
Lucro Líquido do Exercício		20.086.950	26.167.271	
Resultado por ação:				
Resultado por ação - básico		1,17937	0,57334	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor PresidenteCÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor ExecutivoCELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual

Findo em 31 de dezembro de 2025

Fluxo de Caixa Demonstrado pelo Método Indireto

Valores em R\$ 1,00

Descrição das Atividades	2025	2024
<u>Das atividades operacionais</u>		
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL	23.744.860	29.374.496
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	1.941.232	2.777.391
Superveniências (Ativas) e Passivas	-	34.983
Varição (Ativas) e Passivas no valor justo de ativos biológicos	(126.993)	-
(Ganho) Perda de ativos	266.510	-
(Ganho) Perda na alienação de bens	23.869	(3.000)
Despesa de juros	1.144.353	793.397
	26.993.831	32.977.267
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em Clientes	7.891.502	(7.165.048)
(Aumento) redução em Impostos a Compensar	(99.018)	(324.030)
(Aumento) redução em Adiantamentos	3.197.881	(4.455.659)
(Aumento) redução em Estoques	4.206.218	982.695
(Aumento) redução em Outros ativos circulantes e não circulantes	4.172.235	(3.619.811)
Aumento (redução) em Fornecedores	(7.076.009)	5.713.650
Aumento (redução) em Salários e Obrig. Sociais	(427.360)	221.520
Aumento (redução) em Obrigações Tributárias	(37.820)	(47.808)
IRPJ e CSLL pagos	(3.926.747)	(3.526.025)
Aumento (redução) em juros a pagar	(1.144.353)	(793.397)
Aumento (redução) em Outros Adiantamento	15.000	(126.823)
Aumento (redução) em Outras Obrigações	(2.336.635)	8.816.107
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	31.428.725	28.652.638
<u>Das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(7.109.035)	(6.873.087)
Recursos provenientes de alienação do imobilizado	87.000	3.000
Baixa de imobilizados	16.698.690	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	9.676.655	(6.870.087)
<u>Das atividades de financiamentos</u>		
Integralização de Capital Social	-	-
Redução de Capital Social	(28.608.039)	-
Pagamento de dividendos	(17.979.350)	(8.973.086)
Aumento (redução) de Consórcios	1.133.269	2.149.324
Aumento (redução) de empréstimos e financiamentos	(3.618.312)	(4.379.802)
Disponibilidades líquidas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	(49.072.432)	(11.203.564)
Fluxo de caixa total	(7.967.052)	10.578.987
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
No início do exercício	23.245.699	12.666.712
No fim do exercício	15.278.647	23.245.699
Aumento (redução) nas disponibilidades	(7.967.052)	10.578.987

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

Demonstração do Valor Adicionado

CNPJ - 21.392.197/0001-21

Demonstração Financeira Individual

Valores em R\$ 100

Receitas	2.025		2.024	
Da Atividade agropecuária	69.609.065		73.426.756	
Outras receitas (despesas)	(12.426.785)		(23.866)	
	<u>57.182.280</u>		<u>73.402.890</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(22.568.767)		(37.618.775)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(5.825.997)		(3.874.415)	
	<u>(28.394.764)</u>		<u>(41.493.190)</u>	
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(1.941.232)		(2.777.391)	
Valor adicionado líquido gerado	26.846.284		29.132.309	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	4.698.882		2.891.247	
	4.698.882		2.891.247	
Valor adicionado total a distribuir	31.545.166		32.023.556	
Distribuição do valor adicionado				
Empregados	1.330.259	4,22%	1.029.913	3,22%
Salários e encargos	1.330.259		1.029.913	
Impostos, taxas e contribuições	8.489.980	37,68%	3.792.694	16,83%
Tributos Federais	4.039.727		3.501.992	
Tributos Estaduais	4.448.438		273.068	
Tributos Municipais	1.816		17.634	
Financiadores	1.637.976	5,19%	1.033.678	3,23%
Juros	1.144.353		793.397	
Aluguéis	493.623		240.281	
Acionistas	20.086.950	63,68%	26.167.271	81,71%
Distribuição de lucros	17.979.350		8.973.086	
Lucros retidos do exercício	2.107.601		17.194.185	
Valor adicionado total distribuído	31.545.166	111%	32.023.556	105%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21
NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual Findo em 31 de dezembro de 2025 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Valores em R\$ 100

Transações	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	45.640.000	5.120.547	10.586.000	40.519.181	101.865.728
Lucro Líquido do Exercício				26.167.271	26.167.271
Destinações					-
Reserva Legal		1.308.364		(1.308.364)	-
Reserva de Capital			14.681.782	(14.681.782)	-
Distribuição de Dividendos				(8.973.086)	(8.973.086)
Integralização de Capital					-
Aumento de Capital					-
(-) Redução de Capital					-
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	45.640.000	6.428.911	25.267.782	41.723.220	119.059.913
Lucro Líquido do Exercício				20.086.950	20.086.950
Destinações					-
Reserva Legal		1.004.347		(1.004.347)	-
Reserva de Capital			-	-	-
Distribuição de Dividendos				(17.979.350)	(17.979.350)
Dividendos Propostos Lei nº 15.270/2025				(42.826.473)	(42.826.473)
Integralização de Capital					-
Aumento de Capital					-
(-) Redução de Capital	(28.608.039)				(28.608.039)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	17.031.961	7.433.258	25.267.782	-	49.733.001

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI
Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO
CRC-DF 019351/O-0
Contador

AGROPECUÁRIA VERTENTE S/A

CNPJ - 21.392.197/0001-21

NIRE 52 30001827-7

Demonstração Financeira Individual

Findo em 31 de dezembro de 2025

Demonstração do Resultado Abrangente

Valores em R\$ 1,00

Descrição	2.025	2.024
Lucro Líquido do exercício	20.086.950	26.167.271
(+/-) Outros Resultados Abrangentes do Período	-	-
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
(=) Resultado Abrangente Total	20.086.950	26.167.271

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

LÚCIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO

CRC-DF 019351/O-0

Contador

Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras

Nota	Pag
Base de Preparação	
1. Contexto Operacional.....	11
2. Relação de Entidades Controladas.....	11
3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	11
4. Conclusão, Autorização para Publicação e Aprovação	12
Políticas Contábeis	
5. Principais Práticas e Estimativas Contábeis	12
Ativos	
6. Caixa e Equivalentes de Caixa	15
7. Contas a Receber.....	15
8. Estoques.....	16
9. Contingências Trabalhistas	17
10. Quotas de Consórcio.....	17
11. Imobilizado.....	18
Passivo e Patrimônio Líquido	
12. Fornecedores.....	19
13. Salários e Obrigações Sociais.....	19
14. Obrigações Fiscais	19
15. Empréstimos e Financiamentos	19
16. Patrimonio Liquido.....	20
Outras Informações	
17. Receitas	20
18. Custo dos Produtos Vendidos	21
19. Deduções de Tributos Incidentes sobre a Receita	21
20. Recesultado Financeiro.....	22
21. Aspectos Tributários.....	22
22. Projeção de Produtividade e Área por Cultura.....	23
23. Cobertura de Seguros	23
24. Partes Relacionadas	23
25. Evento Subsequente.....	23
26. Auditores Independentes.....	24
27. Certificação	24
28. Política Ambiental.....	24

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 de dezembro de 2025.

NOTA 1. Contexto Operacional.

a. A Empresa.

A Agropecuária Vertente S/A é uma pessoa jurídica de direito privado de fins lucrativos, produtora de commodities agrícolas com predominância na produção de café, que surge a partir da reorganização dos negócios da Trier Engenharia S/A, iniciando suas atividades em 01/11/2014, com área total de 3.880 hectares, situada no município de Cabeceiras - GO.

A Sociedade foi constituída a partir da integralização pela Trier Engenharia S/A de sua filial denominada Fazenda Salto - Imóvel rural, constituído de terras, benfeitorias, equipamentos e estoques. Em setembro de 2015, ocorreu a transformação da referida sociedade de Ltda., em anônima fechada, que passou a girar sob a denominação de Agropecuária Vertente S/A.

Em dezembro de 2025, a Companhia se tornou controlada da Colina do Sol Participações Societárias S/A, holding pura que detém participação no capital de outras empresas, sendo esta controladora de empresas do grupo.

O modelo de negócio é baseado em um sistema de produção moderno, em alta escala, controle rigoroso dos custos e responsabilidade socioambiental, contando com estrutura própria para a secagem e armazenagem do café.

b. Áreas de Negócios.

A Agropecuária Vertente S/A possui como atividades em terras próprias: o Cultivo de café.

NOTA 2. Relação de Entidades Controladas

Por decisões técnicas e estratégicas, a Companhia se tornou controladora das empresas Agropecuária 1979 Ltda. e 1979 Cafés Especiais Ltda., conforme detalhado a seguir:

- a) Agropecuária 1979 Ltda., construída em maio de 2025, com atividades de exploração pecuária e agrícola; comércio de animais; inseminação e reprodução de animais; e arrendamento de terras, equipamentos e benfeitorias próprias; com Capital Social formado por moeda corrente do país; estoques de produtos agrícolas e rebanho de bovinos e equinos; e imobilizado composto por terras rurais, equipamentos e edificações.
- b) 1979 Cafés Especiais Ltda., constituída em outubro de 2025, com atividades de torrefação e moagem de café; beneficiamento de café; fabricação e comércio de café torrado, moído e solúvel; comércio atacadista e varejista de produtos alimentícios; importação e exportação de café; com Capital Social formado por moeda corrente do país e equipamentos leves para uso na torrefação e moagem de café.

Em dezembro 2025 o controle destas sociedades foi transferido para a empresa controladora Colina do Sol Participações Societárias S/A através de redução de Capital Social com a entrega das quotas das sociedades, sendo assim a companhia não possui ao final do exercício Entidades Controladas.

NOTA 3. Apresentação das Demonstrações Financeiras.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com NBC TG 1001, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por exigência dos Acionistas as Demonstrações Financeiras não foram consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas, e correspondem àquelas da Administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicadas para o porte da sociedade.

A preparação e a apresentação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. Base de Mensuração.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

A Administração avaliou a capacidade de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Agropecuária Vertente S/A no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 5.

b. Apresentação.

Estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras, a DFC - Demonstração dos Fluxos de Caixa - preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos da Seção 7 da NBC TG 1001.

A DVA - Demonstrativo do Valor Adicionado – preparada de acordo com CPC 09, sendo apresentada de forma adicional, pois pela legislação é requerida somente as companhias de capital aberto, sendo submetida aos mesmos procedimentos de auditoria das demais demonstrações.

Para melhor compreensão, as demonstrações estão expressas em unidades de Real, moeda funcional da companhia, desprezadas as frações de centavos, exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 4. Conclusão, Autorização para Publicação.

Em conformidade com a Seção 32 da NBC TG 1001 (evento subsequente) a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2025 foi autorizada pela diretoria em 25 de março 2026, desta forma, as demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

NOTA 5. Sumário das principais práticas e estimativas contábeis.

Dentre as principais práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltam-se:

a. Provisões.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser determinado em bases confiáveis.

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas quando contingência representa uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

Provisões são classificadas como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstradas como não circulantes.

b. Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os tributos sobre o lucro da sociedade IRPJ e a CSLL, são calculados pela competência, na controlada pelo regime de caixa, adotando-se o regime do Lucro Presumido com base nos normativos tributários promulgados até a data de encerramento do exercício e de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, sendo reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

As provisões para o imposto de renda e contribuição social, são calculados com base nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros sendo reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre os lucros tributáveis trimestrais, sobre os excedentes a R\$60.000,00. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

c. Apuração do resultado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Sociedade, e somente é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos mesmos são transferidos para o cliente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

d. Reconhecimento da receita.

Em conformidade com a Seção 23 na NBC TG 1001, a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o cliente, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

Segundo a Seção 23 na NBC TG 1001, a entidade somente deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço ao cliente.

No exercício de 2025, a receita operacional bruta reconhecida, esta detalhada na nota explicativa 17.

e. Remuneração dos Acionistas.

Houve no decorrer do exercício de 2025 remuneração aos acionistas na forma de dividendos, no valor de R\$17.979.350 (2024 R\$8.973.086), além do provisionamento de R\$ 42.826.473 para serem liquidados até dezembro de 2028 (nota 16a).

f. Imobilizado.

É apresentado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação fiscal e societária. As taxas de depreciação fiscais estão conforme a legislação tributária e as societárias são calculadas em decorrência da vida útil estimada do bem.

O custo da depreciação societária é calculado pelo método linear para distribuir seu valor ao longo do tempo, sendo reconhecida no resultado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Imóveis em Construção e Terras Rurais não são depreciados. Os valores do imobilizado e da depreciação estão divulgados na nota explicativa 11.

g. Avaliação do valor recuperável dos ativos.

A análise dos ativos contidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31/12/2025 não indicou a necessidade de ajustes por redução ao valor recuperável de ativos.

h. Estimativa do valor justo.

Pressupõe-se que os saldos das contas caixa e equivalentes de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes, tributos a recuperar, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e obrigações fiscais, estejam próximos de seus valores justos. Salvo disposição em contrário, os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

i. Estoques.

Os estoques da Sociedade possuem critérios diferenciados de avaliação e estão apresentados por seu custo de aquisição, produção ou valor de pauta ajustados ao valor realizável líquido, quando este for menor que o custo. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa 8.

j. Instrumentos financeiros.

A companhia classifica seus principais instrumentos financeiros ativos e passivos da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos – mensuração

- i. Equivalentes de caixa:* Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. (Nota explicativa 6)
- ii. As aplicações financeiras:* são apresentadas ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. Essas operações estão reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização. (Nota explicativa 6)

- iii. *Contas a receber de clientes*: Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia. Devido o prazo de recebimento ser equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal de operações da Companhia), são classificadas no ativo circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo. (Nota explicativa 7)

Passivos financeiros não derivativos – mensuração

- iv. *Fornecedores*: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações decorrente da aquisição de bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar de fornecedores inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. (Nota explicativa 12).

- v. *Financiamentos e Empréstimos*: O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiamentos de infraestrutura. Estão demonstrados pelos valores de contratação.

Empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data de encerramento das demonstrações financeiras. (Nota explicativa 15).

A Sociedade não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e 2024. Os valores apresentados no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 aproximam-se dos valores de mercado e não divergem significativamente dos saldos contábeis.

k. Passivos Contingentes e Processos Judiciais.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). (Nota Explicativa 9)

NOTA 6. Caixa e Equivalentes de Caixa.

Caixa e equivalentes de caixa, compreendem os saldos de caixa e investimentos de curto prazo altamente líquidos que são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.i.

Disponibilidades	2025	2024
Caixa	2.356	2.078
Bcos C/Movimento	22.360	46.438
Aplicações Financeiras	15.253.931	23.197.183
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.278.647	23.245.699

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais" na demonstração do resultado.

NOTA 12. Fornecedores.

A rubrica de fornecedores é mensurada a custo amortizado e são baixados mediante a liquidação do título, sendo as variações cambiais/monetárias reconhecidas no resultado financeiro, quando incorridas.

Representa as aquisições de produtos e serviços das atividades normais da companhia, monta na data do balanço o valor global de R\$1.001.879 (2024 R\$8.077.888). Veja políticas contábeis na nota explicativa 5.j.iv.

NOTA 13. Salários e Obrigações Sociais.

Registram-se os valores de salários e encargos a pagar, provisão de férias e encargos. O saldo no encerramento do exercício relativo as obrigações salariais e sociais perfazem o montante de R\$777.918 (2024 R\$1.205.278) sendo:

- i. Os valores incidentes sobre salários e respectivos encargos, rescisões, autônomos e demais obrigações sociais provisionadas na controladora, a serem liquidadas em janeiro e fevereiro de 2026 é na ordem R\$330.413 (liquidadas em 2025 R\$530.819).
- ii. A provisão de férias foi apropriada como despesa, obedecendo ao regime de competência e monta em 2025 o valor de R\$447.505 (2024 R\$674.459) que será liquidado quando da ocorrência de rescisões e/ou gozo de férias.

NOTA 14. Obrigações Fiscais.

Referem-se a obrigações fiscais (impostos e contribuições incidentes sobre o resultado e receitas) e retenções incidentes sobre rendimentos do trabalho assalariado e prestações de serviços de pessoas jurídicas e físicas.

As referidas obrigações fiscais não possuem taxas de encargos e são reconhecidas dentro do próprio exercício sendo recolhidas em seus respectivos prazos de vencimento.

As composições das obrigações fiscais, na data do balanço, estão demonstradas na tabela a seguir de acordo com a sua respectiva natureza tributária.

Obrigações Fiscais por Natureza	2025	2024
Tributos s/Lucro e Receitas	398.816	667.653
Retenções s/Fornecedores	4.044	20.123
Retenções s/Salários	28.013	49.755
Total>>>>	430.874	737.531

NOTA 15. Empréstimos e Financiamentos.

O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos não está reconhecido a valor presente, e corresponde ao valor original do contrato. Veja política contábil na nota explicativa 5.j.v.

Na data do balanço em 31/12/2025, a sociedade detinha financiamentos para renovação dos equipamentos e implementos agrícolas e custeio da safra 2025/2026 conforme demonstra-se a seguir.

Instituição Financeira	2025		2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNDDES/FINAME	412.500	412.500	646.500	1.059.000
Bco. Bradesco S/A	-	-	852.910	1.030.787
BRB S/A	211.500	1.057.500	211.500	1.269.000
Bco. do Brasil	-	-	710	-
CEF	641.884	423.647	665.238	1.042.198
	1.265.884	1.893.647	2.376.858	4.400.985
	3.159.531		6.777.843	

Para todas as modalidades de financiamentos foram dados como garantias/alienação os próprios bens financiados. A Companhia fez uso destes instrumentos para suprir as necessidades de seus fluxos de caixa na forma de capital de giro.

NOTA 16. Patrimônio Líquido.

O capital social de R\$17.031.961, na data do balanço, pertencentes a controladora Colina do Sol Participações Societárias S/A e pessoas físicas residentes e domiciliados no Brasil, compõem-se de 45.640.000 (Quarenta e cinco milhões, seiscentos e quarenta mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Visando uma gestão patrimonial e administrativa, em dezembro de 2025 houve redução do valor do capital do social, ajustando o capital ao patrimônio real, na monta de R\$28.608.039 com a entrega de participações societárias das controladas Agropecuária 1979 Ltda. no valor de R\$28.502.039,00 e da 1979 Cafés Especiais Ltda. no valor de R\$106.000,00. O saldo de reserva legal atende ao art. 193 da lei 6.404/76. A composição do Patrimônio Líquido na data do balanço é demonstrada abaixo.

Composição do Patrimônio Líquido	2025	2024
Capital Social Integralizado	17.031.631	45.640.000
Reserva de Lucros	-	41.723.220
Reserva de Capital	25.267.782	25.267.782
Reserva Legal	7.433.258	6.428.911
Total	49.732.671	119.059.913

16a - Dividendos.

Aos detentores das ações do capital social são asseguradas a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 15% do lucro líquido ajustado, após deduções legais. A companhia aprovou e distribuiu Lucros Acumulados no decorrer do exercício de 2025, em conformidade com o acordo de acionista e estatuto social, no montante total de R\$49.312.925, dos quais R\$6.238.451 serão pagos até março de 2026 e o valor de R\$43.074.474, foram provisionados para serem liquidados até dezembro de 2028, respeitando o estabelecido na Lei 15.270/2025 na qual trata entre outras coisas sobre a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas.

NOTA 17. Receita Bruta.

Abaixo, quadro detalhando as receitas operacionais brutas por produto comercializado. Veja política contábil na nota explicativa 5.d.

Demonstrativo das Receitas	2025	2024
Café Arábica em Grãos	57.121.743	68.817.354
Soja em Grãos	7.441.842	-
Feijão	235.000	-
Sorgo	722.398	-
Algodão	4.088.083	4.609.402
Total	69.609.065	73.426.756

Abaixo encontra-se o detalhamento da Receita Bruta deduzidas dos Cancelamentos e Devoluções ocorridas em 2025. Essas devoluções e cancelamentos representam a não satisfação plena pelo desempenho esperado pelo cliente e/ou por diferença de peso entre balanças da fazenda e do cliente.

Atividade Agropecuária	Receita Bruta	Devoluções da Receita	Receita (-) Devoluções
Café Arábica em Grãos	57.121.743	- 14.022	57.107.721
Soja em Grãos	7.441.842	- 203.074	7.238.768
Feijão	235.000	-	235.000
Sorgo	722.398	- 4	722.394
Algodão	4.088.083	-	4.088.083
Total	69.609.065	- 217.100	69.391.965

NOTA 18. Custo dos Produtos Vendidos.

Abaixo, quadro detalhando os custos por produto vendido.

Os custos com a safra compreendem o preço de aquisição de insumos, salários e seus encargos e outros custos diretamente atribuíveis à produção e colheita.

Custos Produtos Vendidos	2025	2024
Café Arábica em Grãos	16.837.086	34.403.746
Soja em Grãos	2.545.097	-
Feijão	38.484	-
Sorgo	869.047	-
Algodão	2.279.054	3.215.029
Total	22.568.767	37.618.775

NOTA 18a . (-) Outras Desp. Gerais e Administrativas

No exercício de 2025 a sociedade optou por efetuar o pagamento de indenização contratual em contrato de venda futura de café, no valor total de R\$ 11.930.180,00. Tal decisão ocorreu em virtude da variação positiva do preço do café no mercado, garantido o preço negociado ao comprador original e permitindo a venda do produto a terceiros por um valor superior (spot), maximizando a margem de lucro do produtor.

Em 2025 também foi realizado pagamento de ICMS através de processo administrativo junto a SEFAZ/GO, por meio da autodenúncia, em virtude de quebra contratual pela mudança unilateral por parte do cliente da operação fiscal pactuada, gerando processo de cobrança pela companhia para ressarcimento no valor nominal de R\$3.802.795,31 conforme processo 5011884-43.2025.8.13.0707 TJ em Varginha/MG.

NOTA 19. Deduções Tributos Incidentes sobre a Receita.

a. Produtos Destinados à Exportação.

As vendas destinadas ao exterior, os tributos sobre o faturamento: PIS e COFINS possuem tributação Suspensa e o ICMS possui benefício da não tributação na sua efetiva exportação.

A agropecuária Vertente através de termo de acordo TARE junto a SEFAZ/GO, está credenciada a promover saída com fim específico de exportação de café cru sem destaque do ICMS.

b. Produtos Destinados ao Mercado Interno.

As vendas no mercado interno, são reguladas por normas distintas de tributação:

- i. *Competência:* Estaduais e Federais.
- ii. *Destino:* Dentro do estado de Goiás ou outra unidade da Federação.
- iii. *Destinatário:* Pessoa física ou jurídica, se indústria, comércio ou produtor rural.

Em geral, as vendas no mercado interno, seguem as seguintes regras fiscais:

- i. Pis e Cofins, tem a cobrança suspensa ou alíquota zero sobre o faturamento.

- ii. O ICMS é cobrado a alíquota de 19% para as operações internas e 12% para as operações para outra unidade da federação.
- iii. As operações internas com venda de gado, soja e café são isentas da cobrança do ICMS.

A agropecuária Vertente é credenciada Junto a SEFAZ/GO a promover operações interestaduais sem o recolhimento antecipado do ICMS.

NOTA 20. Resultado Financeiro.

O resultado financeiro é demonstrado pelo resultado das receitas financeiras, deduzido das respectivas despesas.

As receitas financeiras compreendem basicamente os rendimentos provenientes de aplicações financeiras sendo reconhecidas *pro rata die* com base no método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros reconhecidos no resultado do exercício sobre os empréstimos e financiamentos.

Origem	2025	2024
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	4.274.489	2.761.924
Descontos Obtidos e/ou Juros Ativos	33.721	43.467
Variações Monetárias Ativas	390.672	85.856
Juros e Encargos s/Fornecedores	(1.025)	(1.518)
Juros e Encargos s/Empréstimos e Financiamentos	(1.144.253)	(1.163.855)
Desc. Concedidos e/ou Perdas Aplic. Financeiras	(280.000)	(150.004)
Variações Monetárias Passivas	(263.680)	(153.866)
Desp. na Aquisição de Consórcio	(590.207)	-
Total	2.419.718	1.422.004

NOTA 21. Aspectos Tributários.

A opção pelo regime de tributação exercida para os exercícios 2025 e 2024 é o Lucro Presumido.

A diferença fundamental entre o conceito do lucro presumido em relação ao conceito do lucro real está no fato de que, no primeiro caso, há uma presunção por parte do fisco de qual seria o lucro das organizações, enquanto, que no segundo, o lucro a ser tributado corresponde ao lucro efetivo das empresas após a dedução dos impostos incidentes sobre receitas, custos e despesas, ajustado por adições e exclusões estabelecidas pela legislação fiscal.

A opção manifestada recai para a modalidade em que o pagamento de tributos, compreendendo não só o IRPJ e a CSLL, mas também o PIS e a COFINS se deem de forma mais econômica, atendendo também às limitações legais de opção a cada regime. Desta forma o lucro presumido é adequado à legislação fiscal e favorável ao planejamento tributário exercido pelos administradores da companhia estimando-se receitas e custos, com base no orçamento anual.

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de venda de produtos agropecuários	69.391.965	69.391.965	73.426.744	73.426.744
Alíquota aplicada sobre a receita (presunção)	8%	12%	8%	12%
Resultado da aplicação da alíquota sobre a receita	5.551.357	8.327.036	5.874.140	8.811.209
Demais receitas e ganhos de capital	4.543.052	4.543.052	2.852.003	2.852.003
Base de cálculo	10.094.409	12.870.088	8.726.143	11.663.213
Alíquota	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.499.602)	(1.158.308)	(2.157.536)	(1.049.689)
Alíquota efetiva	4,95%		4,20%	

NOTA 22. **Projeção de Produtividade e Área por Cultura.**

A seguir, apresentamos o quadro atualizado da área prevista para plantio do ano safra 2025/2026 e expectativas de colheita.

Produto	Área Plantada (Ha)	Plantio	Projeção de Produtividade (Ha)	Produção Estimada (Sc)	Unidade de Medida	Previsão de Colheita
Café	967	2004 à 2022	47,0	45.449	SC	Abr a Set/2026

A área plantada é com utilização do sistema de irrigação por pivot central e/ou gotejamento e sequeiro em áreas arrendadas.

NOTA 23. **Cobertura de Seguros.**

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31/12/2025, a cobertura está assim contratada.

- i. **Seguro Modalidade Penhor Rural:** Cobertura de roubo/furtos e danos elétricos e outros dos equipamentos agrícolas de valor relevante
- ii.
- iii. **Seguro Modalidade Penhor Rural:** Cobertura de roubo/furtos e danos elétricos e outros dos equipamentos agrícolas de valor relevante.

NOTA 24. **Partes Relacionadas.**

De acordo com a Seção 33 da NBC TG 1001, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As partes relacionadas referem-se a pagamento de pró-labore aos administradores, permuta de máquinas e equipamentos e transações entre empresas coligadas e controladora.

NOTA 25. **Evento Subsequente.**

Conflito no Oriente Médio

O conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã iniciado em março de 2026, criou um cenário de alta volatilidade e incerteza. Os principais riscos para o agro brasileiro concentram-se na elevação dos custos de produção (combustíveis e fertilizantes) e no risco logístico/sanções ao Irã. Apesar dos riscos, o setor demonstra resiliência devido a estoques de insumos e relações comerciais consolidadas, mas enfrenta queda nas exportações para a região.

Lei complementar nº 224/2025

Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, a qual estabelece reduções lineares de incentivos e benefícios fiscais federais, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, impactando diversos segmentos do agronegócio. Dentre as principais alterações introduzidas pela referida legislação e aplicáveis a Companhia, destacam-se:

- (i) aumento da alíquota da contribuição ao Funrural de 2,05% para 2,23%;
- (ii) aplicação de alíquota correspondente a 10% da alíquota padrão do regime não cumulativo de PIS e Cofins;
- (iii) vedação à apropriação de créditos de PIS e Cofins referentes ao adicional de 10% nas aquisições;

(iv) majoração em 10% das bases de presunção para fins de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no regime do Lucro Presumido; e

A Administração da Companhia encontra-se em processo de avaliação e mensuração dos potenciais impactos decorrentes desse evento sobre suas demonstrações financeiras a partir de 1 de janeiro de 2026.

NOTA 26. Auditores Independentes.

A sociedade esclarece não está obrigada a Auditoria Independente, entretanto por liberalidade e adesão as boas práticas de governança, mantém contrato com auditores credenciados na CVM para auditoria das Demonstrações Financeiras.

NOTA 27. Certificação.

A companhia é certificada pelo Protocolo Guaxupé Planet Sustainable Coffee e Programa C.A.F.E. Practices e nos regulamentos 4C. Estes módulos contêm requisitos aplicáveis à produção de café e atividades de processamento até à obtenção do café verde e inclui elementos como: padrões para manutenção de registros; uso minimizado e documentado de defensivos agrícolas e proteção de direitos trabalhistas, entre outros.

NOTA 28. Política Ambiental.

A Sociedade está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais. A Sociedade tem obtido as licenças e autorizações necessárias e cumprido as condições ambientais estabelecidas, e não responde por nenhum processo judicial no descumprimento da legislação ambiental.

Cabeceiras – GO, 17 de abril de 2026

Administração.

LÚCIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Presidente

CÁSSIO ABREU ROSA MIARI

Diretor Executivo

CELSO GUERRA LEMOS NETO

CRC-DF 019351/O-0

Contador